

Ilustríssimo Senhor Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo/RJ.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2021

PROCESSO Nº 23775/2019

**CAMINHOS DOURADOS FRETAMENTO E ALUGUEL DE VEÍCULOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.651.485/0001-05, situada à Avenida Alberto Braune, nº 04, sala 408, Centro, Nova Friburgo/RJ, neste ato, por seu representante legal Sr. JORGE DE AGUIAR PINTO, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 5115533 IFP, inscrito no CPF sob o nº 422.926.387-20, vem, por sua advogada que esta subscreve, apresentar sua:

**IMPUGNAÇÃO**

em face do Edital referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2021, na forma do Item 27 pelas razões legais que seguem adiante.

Termos pelos quais, aguarda deferimento.

Nova Friburgo/RJ, 26 de Abril de 2021.

Juliana Cheles da Silva

OAB/RJ 205.949

Digníssimo Senhor Pregoeiro,

## **I - DA TEMPESTIVIDADE**

De acordo com o item 27.1. do Edital, as impugnações interpostas deverão ser enviadas eletronicamente ao pregoeiro pelo endereço de e-mail: [pregaoeletronico.friburgo@gmail.com](mailto:pregaoeletronico.friburgo@gmail.com), **até três dias úteis anteriores à data fixada no Edital para abertura da sessão pública (grifo nosso).**

Sendo assim, tendo em vista o protocolo da referida impugnação na data de 26/04/2021, ou seja, com 6 (seis) dias de antecedência, eis preenchido o requisito da tempestividade.

## **II – DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO**

Trata-se o presente de impugnação ao PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2021, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (PACIENTES E ACOMPANHANTES).

Contudo, ao proceder à análise do mencionado ato convocatório, a Impugnante constatou a existência de uma irregularidade que necessita obrigatoriamente ser sanada, visando, acima de tudo, e em estrita observância aos princípios norteadores das licitações, resguardar a lisura e o regular prosseguimento deste procedimento licitatório.

Do exposto, certa da habitual atenção deste ilustre Pregoeiro e confiante no habitual bom senso dessa conceituada Prefeitura, a Impugnante requer seja analisada e, posteriormente, corrigida a irregularidade presente no edital a fim de que a licitação ora em curso possa transcorrer normalmente, sem que sua legalidade possa vir a ser futuramente contestada.

**A) DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

Conforme item 20.2 do edital, o Ilustre Pregoeiro afirma que a licitante deve comprovar registro junto ao DETRO-RJ.

Todavia, Ilustre Pregoeiro, a empresa que presta o serviço de transporte intermunicipal, necessariamente deve possuir **certificado de registro de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros sob o regime de fretamento, junto ao Detro/RJ**, portanto, a falta dessa exigência, se torna ilegal.

Senão vejamos:

O Decreto nº 3.893, de 22-01-1981, em seu Art 6.º, ensina que: “No exercício dos poderes de controle do transporte rodoviário de passageiros o DETRO/RJ planeja, concede, intervém, permite, autoriza, licencia, fiscaliza, regulamenta a execução do serviço de transporte intermunicipal e fixa as tarifas para as devidas modalidades, levando em consideração a apuração dos custos e a justa remuneração do capital investido.

Portanto, resta nítido que o Detro/RJ é o órgão responsável pela execução do serviço de transporte intermunicipal, cabendo à licitante possuir registro de fretamento junto ao mesmo.

Continuando, o Decreto nº 42.868 de 28/02/2011, assim disciplina:

“Art. 95. O serviço de transporte intermunicipal sob regime de fretamento classifica-se em:

I - Serviço de fretamento contínuo;

II - Serviço de fretamento eventual;

III - Serviço de fretamento turístico;

IV - Serviço de fretamento por meio de locação/aluguel de veículos com motoristas.”

Importante asseverar ainda que a Portaria DETRO/RJ nº 1.015 de 14/12/2010, em seu Art. 1º, afirma que: “Somente as empresas e cooperativas autorizadas pelo DETRO/RJ para a operação do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros sob o regime de fretamento poderão prestar serviço de locação/aluguel de veículos com motoristas.”

Ilustre Pregoeiro, o transporte intermunicipal deve ser regulamentado pelo órgão responsável do respectivo estado, que no caso do Rio de Janeiro é o Detro/RJ. À ANTT, cabe dispor sobre a regulamentação da prestação do serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de fretamento, de acordo com o art. 2º da Resolução 4.777/2015.

O Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998, estabelece em seu Art. 1º que: “Cabe à União explorar, diretamente ou mediante permissão ou autorização, os serviços rodoviários interestadual e internacional de transporte coletivo de passageiros. Trazendo no Art. 2º-A que: “O controle das outorgas, a delegação e a fiscalização dos serviços de que trata este Decreto caberão à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT”.

Portanto, a ANTT é responsável por regulamentar a execução do serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de transporte coletivo de passageiros e não de transporte intermunicipal.

Importante aduzir, que o item 20.2 do Edital descreve de forma abstrata qual seria o tipo de fretamento que a Licitante deveria estar registrada, deixando margem para que empresas registradas perante o Detro/RJ sob o regimento de fretamento turístico, por exemplo, possam participar do certame, o que daria ensejo a irregularidades futuras.

Destaca-se que deverá ser exigido aos Licitantes o registro junto ao Detro/RJ para Prestação de Serviços sob a modalidade de fretamento, na forma do inciso.

Desta forma, deve o Ilustre Pregoeiro promover a alteração do item 20.2 do edital, passando a constar a seguinte redação: **20.2 – Apresentação de Certificado de Registro de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros sob o Regime de Fretamento, junto ao Detro/RJ.**

Por fim, após a correção, deverá ocorrer a republicação do Edital, inserindo a alteração aqui pleiteada, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme § 1º, do art. 55, da Lei nº 14.133/2021.

## **B) DO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I E DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO II**

Inicialmente, há de se salientar, que no Item 1.5 do Termo de Referência, bem como do Item 1.5 da Planilha Orçamentária, constam que na modalidade da prestação de serviços Melhor em Casa, os veículos que forem utilizados deverão estar registrados perante o Detro/RJ.

Ocorre que, o registro de veículos junto ao Detro somente é exigido em caso de **serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, na**

**forma do estabelecido pela Portaria DETRO/PRES Nº 1250 DE 05/05/2016.**

Sendo assim, em razão da inexistência de previsão legal para registro de veículos para transporte de passageiros dentro do próprio município, requer a correção para que seja retirado do Item 1.5 do Termo de Referência – Anexo I, bem como do Item 1.5 da Planilha Orçamentária – Anexo II, tal exigência.

Por fim, requer a republicação do Edital, inserindo a alteração aqui pleiteada, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme § 1º, do art. 55, da Lei nº 14.133/2021.

### **C) DA DATA DA REALIZAÇÃO DA COTAÇÃO DE PREÇOS**

Impede salientar que a cotação de preços estabelecida no Edital foi realizada em Dezembro do ano de 2020, estando esta defasada, em razão de que no primeiro trimestre do ano de 2021 houve inúmeros reajustes de preços na gasolina, chegando a um aumento de 30% do valor anteriormente cobrado, incidindo também tal reajuste no preço de pneus e outros derivados.

Destaca-se que tais fatos impactam diretamente nos valores atribuídos na planilha orçamentária do Edital, causando uma onerosidade excessiva e insustentável para a licitante que participará do certame.

É completamente temerário iniciar um contrato com esta Administração Pública, sem que a equação econômica financeira prevaleça, dando espaço a preços irrisórios e insuficientes a manter as despesas mínimas da empresa eventualmente contratada.

Dessa forma, o preço estabelecido no Edital não condiz com a realidade, devendo ser realizada uma nova cotação de preços, se adequando ao atual

cenário brasileiro.

**D) DOS ITENS 1.2 E 1.4 DO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I, E DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA – ANEXO II**

Urge salutar, que no Item 1.2 do Termo de Referência – Anexo I, bem como no Item 1.2 da Planilha Orçamentária – Anexo II, ficara consignado que o valor unitário do KM rodado será de R\$ 5,85 (cinco reais e oitenta e cinco centavos), para a contratação de 01 (hum) veículo com 25 (vinte e cinco) lugares para passageiros.

No entanto, no Item 1.4 do Termo de Referência – Anexo I, bem como no Item 1.4 da Planilha Orçamentária – Anexo II, ficara estabelecido o preço unitário do Km rodado de R\$ 4,79 (quatro reais e setenta e nove centavos) para a contratação de 01 (hum) veículo com 22 (vinte e dois) lugares para passageiros.

Impede ressaltar, que o Item 1.2 e o Item 1.4, descrevem o mesmo tipo de veículo qual seja, um micro-ônibus, sendo iníquo os valores atribuídos, pois na utilização do mesmo veículo, deve ser cotado o mesmo valor do Km rodado.

Sendo assim, requer que seja procedido a correção do valor atribuído no Item 1.4 do Termo de Referência – Anexo I, bem como no Item 1.4 da Planilha Orçamentária – Anexo II, fazendo-se constar o valor de R\$ 5,85 (cinco reais e oitenta e cinco centavos) pelo Km rodado.

**E) DO ITEM 4.3 DO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I - PARA ATENDER AO PROGRAMA MELHOR EM CASA**

Impede salientar, que conforme o item 4.3 do Termo de Referência – Anexo I – Programa Melhor em casa, ficara consignado que a licitante deverá ter 02 (dois) veículos com no mínimo sete lugares cada, com até 05 (cinco) anos de fabricação.

Ocorre que, conforme Tabela do Termo de Referência – Anexo I, bem como Planilha Orçamentária – Anexo II, ficara estipulado que para o Programa Melhor em casa, deverá ser disponibilizado pela vencedora do certame 02 (dois) veículos com no mínimo sete lugares cada, com até 07 (sete) anos de fabricação.

Dessa forma, resta evidente a completa contradição no edital, em razão dos itens estabelecerem prazos de fabricação dos veículos distintos para a mesma modalidade de prestação de serviços.

Sendo assim, requer a correção do item 4.3 do Termo de Referência – ANEXO I - Para Atender ao Programa Melhor em Casa, fazendo-se constar prazo igual ao consignado nos itens 1.5 – Termo de Referência Anexo I, e 1.5 da Planilha Orçamentária.

### **III - DO PEDIDO**

Ante o exposto, requer:

1 – O recebimento tempestivo da presente impugnação, de acordo com o item nº 27, do referido edital;

2 – Outrossim, seja a presente IMPUGNAÇÃO julgada procedente, com efeito de constar:

2.1 - No item 20.2 do Edital, que a empresa licitante deverá apresentar Certificado de Registro de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros sob o Regime de Fretamento, junto ao Detro/RJ.

2.2- Para que seja realizada uma nova cotação de preços, se adequando ao atual cenário brasileiro, em razão da planilha orçamentária estar defasada;

2.3 - Para que seja realizada a correção do valor atribuído no Item 1.4 do Termo de Referência – Anexo I, bem como no Item 1.4 da Planilha



Orçamentária – Anexo II, fazendo-se constar o valor de R\$ 5,85 (cinco reais e oitenta e cinco centavos) pelo Km rodado;

2.4 - A correção do item 4.3 do Termo de Referência – ANEXO I - Para Atender ao Programa Melhor em Casa, fazendo-se constar prazo igual ao consignado nos itens 1.5 – Termo de Referência Anexo I, e 1.5 da Planilha Orçamentária;

3 – Por fim, promover a republicação do Edital, inserindo as alterações aqui pleiteadas, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme o § 1º, do art. 55, da Lei nº 14.133/2021, **restabelecendo a competitividade, em respeito aos princípios da Isonomia, da Impessoalidade e da Moralidade e Legalidade.**

Termos pelos quais, aguarda deferimento.

Nova Friburgo/RJ, 26 de Abril de 2021.

Juliana Cheles da Silva

OAB/RJ 205.949

Este documento foi assinado digitalmente por Juliana Cheles Da Silva.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 58C0-5961-F3A0-9963.